

## “TEMOS QUE REAVIRAR A HISTÓRIA DO SÉCULO XIX PARA COMPREENDER O ISLÃO EM MOÇAMBIQUE”

- A Professora Catedrática Teresa Cruz e Silva diz que o espaço insular da Ilha de Moçambique, pode oferecer não só temas de pesquisa sobre a história colonial mas também temas diversos sobre a forma como este espaço urbano se foi transformando ao longo dos séculos, envolvendo várias disciplinas ensinadas na UniLúrio.
- A cientista social, chama a atenção dos académicos sobre a necessidade de se pautarem pelos princípios éticos na realização das suas pesquisas e aponta como temas importantes e actuais para a realização de programas e projectos de pesquisa de carácter multidisciplinar na UniLúrio, a segurança no norte do País e os recursos naturais.



Entre as págs. 2 a 6

## CURSO DE TURISMO E HOTELARIA DA FCSH ELEITO PARA O SISTEMA DE ENSINO DUAL

Leia nas págs. 7 e 8

Pub



OFERECEMOS CURSOS  
BÁSICOS DE  
INGLÊS, FRANCÊS  
E ITALIANO  
**INSCREVA-TE JÁ**



FORTALEZA DE S. SEBASTIÁ(CECROI) FCSH



84 7933030 - 86 9222945 - 84 0721012



Centro de Estudos Culturais e Religiosos - CECROI/FCSH/UniLurio

## “TEMOS QUE REAVIRAR A HISTÓRIA DO SÉCULO XIX PARA COMPREENDER O ISLÃO EM MOÇAMBIQUE”

**A** Professora Catedrática Teresa Cruz e Silva, aposentada da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), mas colaboradora do Centro de Estudos Africanos e da Faculdade de Letras e Ciências Sociais daquela que é considerada a maior universidade pública moçambicana diz que é necessário reavirar a história do século XIX para compreender o Islão em Moçambique. Ela sugere igualmente a necessidade de se compreender melhor o problema do Islão na África oriental para perceber alguns dos motivos que levaram a que se criasse terreno apropriado para a actual situação que se vive na região de Cabo-Delgado.

Convidada pelo OMacuthi para falar sobre as oportunidades de pesquisa no norte de Moçambique, a também Pesquisadora Associada da WLSA Moçambique - Women and Law in Southern Africa e do CES-Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, chama a atenção dos académicos sobre a necessidade de se pautarem pelos princípios éticos na realização das suas pesquisas e aponta como temas importantes e actuais para a realização de programas e projectos de pesquisa de carácter multidisciplinar na UniLúrio, a segurança no norte do País e os recursos naturais.

Cruz e Silva diz que os moçambicanos têm capacidade para produzir trabalhos de pesquisa originais, daí que não seja necessário limitarem-se ao papel de reprodutores de resultados e a copiar modelos de pesquisa que o ocidente desenvolve. Contudo, não se pode ignorar o que se faz no resto do mundo, mas é importante valorizar também os saberes locais e poder fazer uma pesquisa que seja inovadora.

Na parte final desta conversa que foi dirigida por Faizal Raimo, a nossa entrevistada falou-nos da publicação de resultados de pesquisa, tendo sublinhado que é difícil publicar em Moçambique, não só para jovens iniciantes, como também, para pessoas já conhecidas.

OMacuthi (OM): A região norte do país, onde fica localizada a Universidade Lúrio, apresenta várias potencialidades económicas e sociais. Senhora Professora, quais são as futuras áreas de pesquisa ao nível desta região?

Teresa Cruz e Silva (TCS): Vocês vivem numa região (norte de Moçambique) em que há duas questões para nós, que somos cientistas sociais, que me parecem fundamentais e que levantam vários problemas referidos pelo Faizal. Um deles é a questão da segurança e o outro é o problema do acesso aos recursos.

Em termos de segurança, há imensas saídas para temas de estudo, sobretudo agora que vocês têm o Centro de Estudos Culturais e Religiosos do Oceano Indico (CE-CROI). Parece-me que este é o local onde vocês, podem fazer pesquisas ligadas com o problema de se-

Cont. pág.3



Créditos: Teresa Cruz e Silva

Teresa Cruz e Silva

Professora Catedrática

### Ficha técnica:



Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Lúrio

Ilha de Moçambique | Rua: Pedro Álvares | Bairro: Museu | E-mail: rpicfsh@unilurio.ac.mz | +258 878300752

**Director:** Wilson Profírio Nicaquela | **Editor:** Faizal Ibramugy Abdul Raimo | **Revisão:** Albino Oreste Muatuca, Beatriz Chalucwane, Nildo Eugenio Diogo | **Redação:** Faizal Ibramugy Abdul Raimo | **Fotografias:** Cefo Assimilado | **Maquetização:** Faizal Ibramugy Abdul Raimo | **Distribuição:** gratuita

gurança, e não só.

**OM: Concretamente, o que se pode fazer na área ligada aos Recursos Naturais?**

TCS: Legalmente, temos o direito ao acesso aos recursos naturais, como a água e a terra, etc. No entanto, hoje em dia, alguns dos grandes conflitos que afectam os cidadãos prendem-se com diferentes formas que conduzem a que esses direitos lhes sejam negados. Por isso, são temas que trazem atrás de si uma serie de possibilidades de estudos envolvendo várias áreas disciplinares, não só na vossa faculdade, mas também noutras faculdades da vossa universidade. Poderão assim encontrar resultados importantes de pesquisa que respondam aos problemas que o país enfrenta. Por exemplo, podemos falar da disputa de terras que leva a vários conflitos entre as empresas que exploram os recursos minerais e energéticos, o Estado e a população que igualmente utiliza



Creditos: Miguel Ferreira

Vista aérea do espaço insular da Ilha de Moçambique

esses recursos para sobreviver, sobretudo porque a maior parte da população é constituída por camponeses familiares.

A questão do acesso a pesqueiros e exploração dos recursos marinhos, leva também a conflitos, não só com as empresas, principalmente petrolíferas, como também, com as empresas viradas para o turismo, áreas que fazem parte dos vossos cursos. Não se trata aqui apenas do acesso a praias e do acesso aos pesqueiros mas até da questão da segurança alimentar das pessoas para quem muitas vezes, o único acesso a proteínas provém da pesca. Depois, há também a questão das florestas e sua protecção, no contexto dos desenvolvimentos que ocorrem no norte do país.

Há uma outra questão, menos estudada, mas que é muito importante e envolve não só as ciências sociais e humanas, mas outras disciplinas ensinadas na UniLúrio, como por exemplo a Arquitectura. Trata-se aqui da questão da urbanização e do nascimento de novas cidades e assentamentos humanos, como resultado de reassentamentos forçados e de migrações. Hoje em dia, com a guerra, e como resultado da implantação de grandes projectos, as pessoas deslocam-se de uns locais para outros e há um crescer da mobilidade. Isto significa que há sobre estas mesmas pessoas e suas vidas, impactos de carácter económico e social mas também em termos culturais, de saúde, principalmente agora com a COVID 19. Nós sabemos que quando mais

pobres são as pessoas, com a guerra mais pobres ficam ainda. Neste quadro de grande mobilidade e no contexto em que vivem muitas comunidades temos problemas de saneamento do meio, temos cólera, malária, uma serie de problemas. Tudo isso pode ser uma motivação para construir temas de pesquisa nas faculdades da UniLúrio.

**OM: De que forma as migrações podem ser tratadas nas pesquisas aqui na Ilha de Moçambique?**

TCS: A Ilha é um território limitado, mas que contém em si espaços diferenciados que representam a sua história secular. Se vocês olharem para as cidades de Moçambique é preciso estudar o novo conceito de cidades que nós temos, e as suas formas de crescimento. Com isso, há uma serie de problemas, não só de saneamento, como de organização das pessoas, problemas sociais e culturais que podem ser estudados. O espaço insular da Ilha de Moçambique, pode oferecer não só temas de pesquisa sobre a história colonial mas também temas diversos sobre a forma como este espaço urbano se foi transformando ao longo dos séculos, envolvendo várias disciplinas ensinadas na UniLúrio.

**OM: Professora falou de duas questões, já abordou a relacionado com os Recursos Naturais. Poderia agora falar com mais pormenores a questão da Segurança?**

TCS: Há várias teorias que se vivem neste momento sobre as causas da situação de conflito em Cabo-Delgado, desde as que se ligam ao Islão e suas diferentes formas, recursos naturais, descontentamento, pobreza, etc. Também se discute a possibilidade de haver extensões da insegurança para outras províncias do norte do país, particularmente para Nampula. Agora, finalmente, fala-se de terrorismo, não é? O que envolve também questões de tentar entender a origem do Islão em Moçambique e as várias formas que ele foi assumindo, assim como o aproveitamento de algumas fragilidades, como o descontentamento

sobretudo dos jovens (desemprego; pobreza; falta de perspectivas), para a penetração das forças que comandam a desestabilização e que destroem, matam e roubam as populações. Estudos finalizados até agora não dão muitas certezas, mas dão pistas. Eu acho que o Centro de Estudos Culturais e Religiosos do Oceano Índico tem muita matéria-prima para tentar responder às questões que as pessoas colocam sobre qual é a origem deste problema. É preciso tentar perceber que para além dos problemas de carácter religioso, o que leva ao descontentamento das pessoas e outras questões que têm uma raiz mais profunda. Acho que temos que reavivar a história do século XIX para compreender o Islão em Moçambique e estudar as suas novas formas.

Neste processo, não podemos deixar de compreender o Islão na África Oriental e o que se passa no nosso vizinho Tanzânia e, quais são os motivos que levaram a que se criasse terreno apropriado para termos estas formas de terrorismo.

Com tudo isto a questão da ética na pesquisa não pode ser ignorada.

**OM: Para além da ética que a professora menciona como aspecto a ter em conta para ter sucesso numa actividade de pesquisa, quais são os outros elementos para o sucesso em pesquisas sociais e humanas?**

TCS: Quando falamos da ética na pesquisa, não só temos que tomar em conta as pesquisas que têm a ver com a saúde das pessoas e que exigem uma autorização da comissão de ética, mas temos também que discutir a forma como se realizam as suas pesquisas, principalmente porque estamos a tratar temas completamente delicados que envolvem pessoas. É fundamental a ética e a forma como nós, nos aproximamos da pesquisa.

Para qualquer pesquisa ter sucesso, eu acho que é importante primeiro, definir muito bem qual é o nosso objectivo e qual o nosso objecto de estudo, e ver se ele é realizável, porque às vezes posso ter o tema muito bonito, mas que na prática ele não funciona. Temos de encontrar outras soluções que nos permitem fazer uma boa pesquisa. Primeiro, é preciso definir bem o objectivo, verificar se ele é realizável em termos humanos e financeiros. Vocês já falaram com o Professor Elísio Macamo, sobre estes temas de pesquisa. Eu penso que se estas questões estiverem bem definidas, vocês terão sucesso na vossa pesquisa. O resto depende muito daquilo que vocês querem fazer.

O outro aspecto é a vossa actualização permanente. Usem as vossas redes para conhecerem as discussões que se fazem em todo o mundo e em África, sobre os vossos focos de trabalho, sobre as vossas áreas de trabalho. Troquem ideias com outros colegas, leiam bastante.

**OM: Como manter-se actualizado neste processo de pesquisa?**

TCS: Se vocês não têm acesso permanente para uma actualização na vossa área isso é problema. Uma questão que eu acho muito importante para os novos pesquisadores, àqueles que estão em formação é juntarem-se a redes de pesquisadores. Hoje em dia, há muitas redes de pesquisadores no mundo, isto ajuda a compreender quais são as dificuldades que os outros têm, as inovações que existem neste momento e quais são as questões teóricas em debate.

Juntarem-se a redes de pesquisadores que existem no continente africano, como também no Mundo é importante. Certamente vocês devem falar uma língua estrangeira, também há pessoas que falam a língua portuguesa. Agora vocês poderão dizer que gostariam que também fizessem uma pesquisa original que tem a ver com o continente africano. Acho que é importante, valorizarmos também as nossas riquezas e podermos fazer uma pesquisa que seja uma inovação. Isso significa não ignorar o que se faz no resto do mundo, mas conjugar as duas coisas, mas não nos limitarmos a ser seguidores do ocidente. Nós temos capacidades de produzir coisas originais. Eu acho que esse aspecto é muito importante.

**OM: Professora, vamos falar de Narrativas, memórias e histórias. Como a professora, acha que o pesquisador deve se organizar para ser bem sucedido em narrativas, memórias e ou histórias?**

TCS: É um tema como um outro qualquer. Percebo porque me pergunta isso. Trabalho com narrativas, memória e História. À partida, a narrativa significa que vamos lidar com o ser humano e é preciso ter algum cuidado. A narrativa pode ser de um acontecimento que surgiu há vários anos, por exemplo, a Luta Armada de Libertação Nacional, em que o narrador está a contar-nos uma história sobre a qual o autor está a fazer a interpretação do acontecimento a posteriori. Essa reinterpretação é feita a partir do momento em que ele está a viver. No que diz respeito à Luta Armada de Libertação Nacional essa narrativa tem a ver não só com a memória da pessoa, mas pode sofrer a influência da história oficial do momento em que ela nos é transmitida. É preciso alguns cuidados para situar a narrativa no espaço e no tempo histórico.

Eu costumo usar o seguinte exemplo, real: há uma pessoa que entrevistei três vezes sobre o mesmo tema com espaços de dez anos, cinco anos e outros cinco anos. Em cada momento em que a pessoa falou, esta contou a mesma história, mas recordou-a numa maneira um pouco diferente, sempre em referência ao momento da narração. Com a evolução dos contextos em que ela me falava, o seu protagonismo foi assumindo formas diferentes. Este é um cuidado que nós temos que ter.

E, quando nós falamos de memória, temos que ter também muito cuidado. A memória também vai sofrendo mutações e ela pode se ir ajustando a várias coisas, e momentos. Primeiro, porque o ser humano pode esquecer alguns detalhes, ou mesmo episódios, ou pode seleccionar os acontecimentos; segundo, porque a pessoa que está a

narrar o acontecimento, pode querer situar-se na posição de protagonista, como referimos anteriormente, alterando o sentido do episódio que está a ser narrado. Terceiro, a memória individual pode ser influenciada pela memória colectiva, então é preciso ter muito cuidado.

Quando trabalhamos com memórias, narrativas e quando estamos em contacto directo com um ser humano que nos conta uma história, muitas vezes, muitos acontecimentos são lembranças dolorosas. Lembro-me de um historiador francês que dizia por exemplo, que era preciso ter muito cuidado com a entrevista, porque estamos a tratar com o ser humano. Muitas das histórias que as pessoas contam tem problemas que são como uma ferida aberta. Uma ferida aberta quando se toca sangra e dói. Portanto, a emoção que as pessoas têm em certas narrativas pode alterar a forma como as pessoas nos transmitem a informação.

**OM: Professora disse que a história vai sofrendo mutações e ela pode se ajustar. Perante isto e tendo em atenção que a história da Ilha de Moçambique não está totalmente escrita e encontra-se em fontes humanas, não corremos o risco de ter história da Ilha alterada?**

TCS: A primeira questão a colocar, é que há muitos escritos sobre a história da Ilha de Moçambique. Há muitas publicações. Falei no outro dia ao Prof Aurélio Rocha (vosso colaborador) e ele disse-me que ele próprio ofereceu à vossa biblioteca vários livros. Há sobre a história, sobre a arquitectura, etc. E vocês têm o Professor Ricardo Duarte que vos pode ajudar, assim como a Associação dos amigos da Ilha de Moçambique.

Há casos da nossa história para os quais não há documentos. O que há a fazer, é realizar várias entrevistas a pessoas diferentes, individuais e colectivas, se possível, para aferir os dados. Usar fontes como fotografias, arqueologia, para épocas mais antigas, etc. Há sempre uma solução. À medida que o tempo passa, as memórias das pessoas passam por esquecimento, reconfiguração de ideias, influência da memória colectiva e até da história oficial. Mas tudo isso pode ser remediado, estabelecendo comparações, aferindo os dados e com um trabalho rigoroso.



Créditos: Miguel Ferreira

Ilha: campo para estudos envolvendo várias disciplinas

**OM: Professora, chama a tenção para vários cuidados na produção de narrativas. Quer dizer que as narrativas podem oferecer algum impacto negativo a um trabalho de pesquisa?**

TCS: Não! Depende de como nós trabalhamos. Em qualquer trabalho de pesquisa é preciso cruzar informações. Se eu trabalho com qualitativos é desejável que sempre que possível, eu cruze os qualitativos com os quantitativos. Nós, os cientistas sociais e humanos, normalmente temos a prática de cruzar informações. Há algumas disciplinas que ficam muito fechadas em si e pelas suas características não cruzam as informações quantitativas com as qualitativas.

Portanto, se alguém me conta uma história que é importante para o meu trabalho, tenho sempre que cruzar essa informação com outras fontes para confirmar, aferir. Este será o caso da Ilha. Há momentos em que é quase impossível fazer esse cruzamento, quando nós estamos a trabalhar com temas de um passado remoto, onde às vezes não encontramos fontes de informação para cruzar, mas é preciso muito cuidado, procurar outras formas de confirmar aquela informação, usar dados comparativos.

**OM: Vários autores falam da importância da análise na realização das pesquisas qualitativas. Que papel a análise joga para o sucesso da pesquisa?**

TCS: Uma pesquisa deve ter uma análise, para ser uma pesquisa. Quer dizer, eu tenho um projecto de pesquisa, defino o meu problema central, as metodologias e todos passos, depois tenho a recolha de dados. Se tiver a recolha de dados não tiver a análise, seja quantitativa ou qualitativa, eu não tenho a resposta. O tipo de análise que eu faço, tem que ser uma resposta confirmando, ou não, aquelas hipóteses do trabalho que eu coloquei ao longo da pesquisa. Eu posso alterar as minhas hipóteses ao longo do meu trabalho. Se eu não conseguir responder às hipóteses do trabalho, se eu não consigo responder à pergunta de partida que eu coloquei, significa que não posso fazer essa análise, porque não tenho os dados, alguma coisa falhou.

**OM: Um dos problemas que os pesquisadores têm em Moçambique é a publicação dos seus trabalhos de investigação. Professora quais as revistas académicas que podem ter interesse em divulgar trabalhos de pessoas não conhecidas e/ou principiantes da carreira académica?**

TCS: um dos dramas que nós temos nesse país, como também no Mundo inteiro, é que pessoas que não são conhecidas enfrentam problemas para publicar os seus artigos. Nós na Universidade Eduardo Mondlane, aproveitando as celebrações do centenário do nascimento de Eduardo Mondlane, propusemos a criação de uma bolsa de iniciação à pesquisa. Essa bolsa de iniciação à pesquisa cria possibilidades de jovens se iniciarem com um pequeno fundo e terem a possibilidade de publicar, enquanto estudantes.

A outra questão de publicar, é que vocês poderiam junto da reitoria fazer duas coisas; i) criar uma revista para além do boletim que vocês já têm, que pudesse circular informações sobre os vossos resultados de pesquisa no mundo todo. Pode ser até online Também podiam fazer acordos com outras universidades públicas que têm uma revista para vocês poderem publicar lá. Mas para o avanço da vossa carreira académica, é importante que a revista tenha um registo internacional e tenha revisão de pares. Trata-se de criar condições para o conhecimento e reconhecimento do vosso trabalho.

ii) A outra possibilidade, é associarem-se àquelas redes de pesquisadores, porque há sempre possibilidades de publicarem em revistas das suas instituições. O único problema é que as revistas são em Inglês e francês, em muitos casos,

Publicar em Moçambique, é complicado, mesmo para pessoas

que têm nome. Antes, algumas organizações estavam dispostos a financiar revistas de Ciências Sociais e Humanas, hoje em dia começa a ser difícil. A melhor maneira é entrarem em redes de pesquisadores que vos permitem a publicar em outros lugares do Mundo.

### Envie-nos o seu artigo

[rpcifcsh@unilurio.ac.mz](mailto:rpcifcsh@unilurio.ac.mz)



## Destas casas emerge o nosso boletim



Leia e divulgue

**O Macuthi**  
Boletim Informativo da FCSH

Ao nível da UniLúrio

## CURSO DE TURISMO E HOTELARIA DA FCSH ELEITO PARA O SISTEMA DE ENSINO DUAL



Adriano Félix Gestor do Projecto LATFURE na UniLúrio

O Curso de Turismo e Hotelaria ministrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) na Ilha de Moçambique foi escolhido ao nível da Universidade Lúrio para acolher o Sistema de Ensino Dual, sendo assim, o primeiro curso de nível superior na região norte do país a beneficiar-se desse modelo de ensino.

O sistema de Ensino Dual é um modelo de ensino que se destaca por apresentar uma harmonia perfeita do modelo de aprendizagem que tem lugar, tanto na sala de aula, como na empresa. Actualmente, o modelo é implementado nos países Europeus e Estados Unidos de América, onde entre vários benefícios é destacado pelo facto de estar a aumentar o nível de empregabilidade no ensino superior.

O director do Gabinete de Pós-graduação e Extensão da Universidade Lúrio, que é igualmente gestor do Projecto LATFURE, uma iniciativa financiada pelo programa Erasmus da União Europeia para fazer estudo de viabilidade para a introdução do modelo de ensino Dual, disse que a escolha do curso de Turismo e Hotelaria da FCSH deveu-se por um lado pela situação

particular da Ilha de Moçambique e, por outro, pelas facilidades que o curso de Turismo e Hotelaria oferece para este tipo de iniciativas.

“O modelo de Ensino Dual não é funcional e aplicável a todos os cursos, existem cursos em que este modelo se dá muito bem, outros não. Conforme experiências globais deste modelo de ensino, temos o curso de Turismo que se encaixa perfeitamente. É também aplicável na indústria extractiva, mecânica e na electrotécnica. Noutros é pouco possível, necessita de muitas adaptações, o que torna difícil conseguir bons resultados”.

Para ele, a FCSH será pioneira na região norte do país a acolher este tipo de modelo de ensino, e “estará alinhada com as boas práticas europeias e

americanas para o aumento da empregabilidade dos estudantes e o relacionamento da universidade com a indústria”.

Iniciada a sua implementação em 2017, o Projecto LATFURE envolve um total de 14 universidades, entre europeias e africanas. Na África é implementado na África do Sul e Moçambique, neste último, onde as universidades Lúrio, Zambeze e Eduardo Mondlane são parceiras.

A fase de implementação, que termina no fim deste ano, visa essencialmente fazer o estudo de viabilidade para a introdução do sistema Dual em África, tendo como a missão principal a produção de um manual. O referido manual pretende fazer uma contextualização de como será organizado o sistema dual na África e destina-se a gestores, bem como àqueles que pretendam conhecer o sistema dual em detalhe e implementá-lo nas suas instituições.

Segundo o nosso entrevistado, existem vários formatos de implementação do modelo Dual, principalmente na Europa e Estados Unidos da América. “Diferentemente daquilo que acontece no sistema Europeu em que os estudantes de manhã vão à universidade e à tarde ao local de trabalho. Nós na FCSH temos que fazer por exemplo, uma semana a ter aulas e outra semana para poder viajar até ao local de trabalho e passar o tempo lá. Pode-se fazer essa diferenciação”, disse, defendendo a necessidade de se estudar o modelo mais funcional, tendo em atenção a Ilha de Moçambique,

Cont. pág.8

que possui poucas empresas que possam albergar estudantes de Turismo e Hotelaria que anualmente entram para frequentar o curso oferecido pela FCSH.

“Temos que olhar para um mercado um pouco amplo, não nos restringirmos apenas a Ilha de Moçambique, mas para agentes hoteleiros de Nacala, Cidade de Nampula e outros pontos que sejam mais ou menos acessíveis para os nossos estudantes”, disse Adriano Félix, explicando que o currículo que se vai desenhar para a implementação do modelo de ensino Dual deverá apresentar adaptações ao cenário da actual realidade da Ilha de Moçambique.

“ Por exemplo, não devemos entrar na exigência que se faz na Europa de que o estudante para poder se matricular no curso tem que ter já uma garantia de um local de trabalho para fazer as suas práticas, porque sentimos que os nossos estudantes não estarão em condições. Numa primeira fase será a universidade a fazer esse contacto e criar condições, mais tarde pode-se entrar para essa via”.



Director da FCSH recebe material informático do LATFURE

O nosso interlocutor disse que a saída mais provável “é estudar o mercado, os nossos parceiros para além da Ilha de Moçambique para albergar, por exemplo, vinte estudantes que temos em cada ano na turma”.

Importa referir que no âmbito do projecto LATFURE, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas beneficiou-se de material informático diverso constituído por dois computadores, uma impressora multifuncional, uma câmara fotográfica profissional, seis *pen drives* e dois discos externos.

O material vem reforçar as capacidades da faculdade para responder cabalmente às necessidades do projecto.

Adriano Félix disse que para além do material, com a implementação do Projecto LATFURE, a Universidade Lúrio está a ter vários ganhos, a destacar o processo da sua internacionalização e capacitação institucional. “É preciso olhar a questão da reputação e do lançamento da imagem da Universidade Lúrio. Fazer parte de um consórcio dessa magnitude leva o nome da nossa Universidade para um patamar mais alto. Torna-se conhecida de tal forma que nas próximas vezes, possam considerar a UniLúrio, um parceiro e fazer parte de outros consórcios”.

## GAE oferece oito bolsas de estudo

**P**elo menos oito estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), da Ilha de Moçambique, beneficiaram-se de bolsas de estudo oferecidas pela Universidade Lúrio por intermédio do Gabinete de Apoio ao Estudante.

A Chefe do gabinete ao nível da FCSH, Bernardette Augusto Manhiça, disse que o Gabinete de Apoio ao Estudante (GAE) tem estado a desenvolver diversas actividades de apoio, quer para o estudante, quer para os docentes.

“Primeiramente, o GAE foi criado para tentar dar resposta às preocupações dos estudantes. Contudo, o serviço estende-se a todos os funcionários da FCSH nas áreas que cobrem os seus interesses”, disse Bernardette, explicando que até agora prestou oito assistências psicossociais a igual número de estudantes do primeiro ao quarto ano dos dois cursos, nomeadamente, Desenvolvimento Local e Relações Internacionais e Turismo e Hotelaria.

Ela, referiu que entre as áreas mais solicitadas pelos estudantes figuram as do foro pessoal, saúde e economia.

São objectivos do GAE promover o estilo de vida saudável, proporcionando um espaço de atendimento personalizado e de relação de ajuda; identificar, prevenir, e tratar problemas psi-



Bernardette Augusto Manhiça Chefe do GAE

cológicos dos estudantes; implementar programas de formação diversa, para além de criar um espaço

## QUATRO COLABORADORES CELEBRAM SEUS ANIVERSÁRIOS EM AGOSTO

**O** mês de Agosto fica marcado com quatro aniversariantes na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Trata-se dos docentes Dino Joaquim, Germito de Castro Alexandre e Sevenasi Joaquim, e a nossa auxiliar de serviços, Muaija Supair. Aos aniversariantes, os colegas e a Direcção da FCSH endereçam felicitações.

### MARCOU-ME A OPORTUNIDADE QUE ME FOI DADA DE FAZER O MESTRADO NO ZIMBABWE

É das gerações que viu abrir as portas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em 2017. Germito de Castro Alexandre nasceu a 10 de Agosto de 1991 na cidade de Pemba, Província de Cabo-Delgado. Em conversa com *OMacuthi* destaca a oportunidade que lhe foi concedida pela direcção da Universidade Lúrio de fazer o seu Mestrado em ensino de Língua Inglesa na República do Zimbabwe como o facto que mais lhe marcou na instituição. Docente de Língua Inglesa e chefe do Departamento de Línguas, Cultura e Desporto, diz que trabalhar na FCSH é uma experiência agradável porque pensar que alguém é docente e a sua vida termina nisso, não faz parte da realidade. “Aqui nós aprendemos a conciliar as tarefas e obtemos experiências espectaculares”. De Castro Alexandre afirma que quando ingressou à equipa da jovem Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, ela não dispunha de CTA (Corpo Técnico Administrativo), “éramos nós que garantíamos essa actividade de apoio. Isso marcou-me bastante. Notei que houve uma entrega abnegada de todos os colegas. Fazíamos inscrições, arrumávamos as salas de aula e ensinávamos. A faculdade estava em fase de instalação e o nosso apoio era decisivo para garantir a qualidade e a diferença que hoje imprimimos”.



Germito de Castro Alexandre

O aniversariante apela à colaboração de todos os colegas no trabalho para o desenvolvimento visível da FCSH. “Não podemos pensar que a nossa tarefa na Faculdade é apenas dar aulas. Há muita coisa para fazer para o bem da instituição. Tem-se dito que a Universidade é o Pólo de resolução de problemas que apoquentam a sociedade, então, fora de dar aulas, nós os docentes somos chamados a pesquisar e a integrarmo-nos nas acções inerentes à extensão”.

*Mais aniversariantes na pág. 10*

de apoio para estudantes.

A professora Bernardette avançou, ainda, que para a concretização destes objectivos, o GAE tem vindo a desenvolver uma série de programas, com destaque para o de psicoterapia breve e aconselhamento destinado aos estudantes, desenvolvimento interpessoal, para além de palestras para melhoria do estilo de vida dos estudantes.

Durante o decurso do estado de emergência ainda com as aulas presenciais suspensas, a FCSH recebeu informações da perda de vida de um dos seus estudantes, vítima de suicídio.

“O GAE lamenta pelo facto do suicídio ser um problema que não só afecta o indivíduo, mas também toda comunidade. Infelizmente, em volta do assunto (suicídio) está uma enorme carga de tabus a ele ligados. Há necessidade de se falar abertamente sobre esta problemática,

**“ESTAMOS  
PREOCUPA  
DOS COM  
SUICÍDIOS  
NO SEIO  
DOS  
ESTUDANT  
ES”**

sobretudo, junto dos jovens estudantes da nossa faculdade”, observou a chefe do Gabinete de Apoio ao Estudante.

É com o objectivo de prevenir este mal no seio dos estudantes que a GAE já tem em manga uma série de actividades de conscientização para a valorização da vida.

De entre as actividades, o destaque vai para a divulgação de mensagens de prevenção, de consciencialização do valor da vida e campanhas de educação na identificação de factores de risco ligados ao suicídio através de cartazes e durante as aulas.

“Para a concretização destas actividades, vamos trabalhar em estreita colaboração com o Núcleo dos estudantes na divulgação de mensagens ena organização de debates sobre a prevenção do suicídio em pequenos grupos”, disse Bernardette Manhiça.

## “CONTINUAR A ESTUDAR É A MAIOR REALIZAÇÃO PESSOAL”



Muaija Supair

A nossa auxiliar de serviços, Muaija Supair, nasceu na Ilha de Moçambique a 28 de Agosto de 1991. “Durante a

infância, o meu sonho era de crescer e cuidar de outras crianças”. Começou por contar para explicar que a realidade mostrou o contrário. Em 2017 começou a trabalhar na FCSH e na altura “Eu tinha a 12ª Classe concluída”.

A nossa entrevistada diz que a maior realização foi de continuar com os estudos, ingressando no nível superior num curso de Administração Pública ministrado à distância. “Nós aqui na FCSH somos uma família. Somos trabalhadores e o nosso sucesso é a colaboração e a interajuda. Ninguém se sente superior que o outro”, disse explicando que os conselhos dos colegas pesaram para a tomada da decisão de continuar a estudar graças aos ordenados que vai auferindo mensalmente na FCSH. Dona Muaija, como é carinhosamente tratada pelos colegas, disse ter bastante admiração aos colegas entre CTA e docentes, porque “tem havido muita colaboração e ninguém despreza o meu trabalho e dos meus colegas auxiliares. Apesar de que todos têm seus trabalhos. Quando temos um evento todos colaboram e isso nos encoraja a dedicarmo-nos mais, contribuindo para que a nossa faculdade empreenda a diferença”.

## “MEU SONHO FOI REALIZADO LOGO QUE ENTREI NA FCSH”

“Concorri pela primeira vez para o ingresso na FCSH em 2016 e não consegui porque na altura não havia cadeiras relacionadas com a hotelaria, minha área de formação”, começa por realçar o docente Dino Joaquim, natural da Cidade de Nacala-Porto, nascido a 9 de Agosto de 1991.

Dino conseguiu ingressar na FCSH em Fevereiro do presente ano, e sete meses depois considera que, “consegui atender uma boa parte das minhas expectativas e sonhos dentro da Faculdade. Consegui integrar-me, porque eu queria a docência”.

“Quando me apresentei no primeiro dia de trabalho, pedi aos colegas para que me apoiassem e prontamente fui bem recebido e dado todo o apoio para desenvolver as minhas actividades de forma tranquila”, disse explicando que o facto de ter encontrado uma equipa jovem com forte experiência no trabalho contribuiu para a sua fácil integração. Dino Joaquim apela à continuação da bondade no seio dos colaboradores da FCSH para o desenvolvimento das actividades de



Dino Joaquim

ensino e aprendizagem como a alavanca para o sucesso e a materialização do lema institucional “FCSH fazendo a Diferença”.

## “LEVEI OS ESTUDANTES À PRÁTICA COM O PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL QUE A ILHA OFERECE”



Sevenasi Joaquim

Natural de Mogovolas, o docente e dire-

ctor do Curso de Turismo e Hotelaria, Sevenasi Joaquim nasceu a 26 de Agosto de 1989. Ele considera que a sua interacção com os seus estudantes marcou-lhe bastante durante o primeiro ano de trabalho na FCSH, completado a 8 de Julho passado. “Quando me apresentei no meu primeiro dia de aulas, os estudantes receberam-me com várias perguntas e eu marquei-lhes pela positiva, pois consegui satisfazê-los”. Disse e continuou, “privilegiei o trabalho prático de campo que os estudantes nunca tinham feito. Na área de gestão hoteleira já vinham fazendo trabalhos de campo, mas na área do património natural cultural fui primeiro motor a levar os estudantes à prática”.

Sevenasi Joaquim diz que numa instituição como a FCSH, onde existem colegas de culturas e vivências diferentes, consegue manter um bom relacionamento graças à sua frontalidade em abordar os aspectos positivos e negativos. Apela para que a colaboração e interajuda continuem, porque segundo ele, são virtudes imprescindíveis para que a FCSH continue a fazer diferenças. “Temos que continuar também a empreender esforços que forem necessários para satisfazer os nossos estudantes, servindo com a qualidade necessária”.

# FCSH PERSPECTIVA NOVOS CURSOS PARA 2021

A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril iniciaram o processo de desenho de conteúdos e da oferta formativa do novo curso de Mestrado de Turismo e Hotelaria que se pretende lançar para o próximo ano lectivo de 2021.

A Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril mantém uma colaboração com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UniLúrio desde 2016, e foi a entidade que prestou assessoria técnica no desenvolvimento dos conteúdos dos cursos e da oferta formativa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Pretende-se que no curso de Mestrado, os alunos desenvolvam competências de investigação e o espírito de auto-estudo, disse Nuno da Silva Gustavo, Professor Adjunto da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. “Tendo em atenção que o mestrado terá a duração de dois anos, no primeiro, os

O curso será oferecido no período Pós-Laboral para permitir a frequência de funcionários em exercício na Ilha de Moçambique, onde a FCSH se localiza.

Este curso tem por objectivos, prover, quer aos órgãos centrais e locais do Estado, quer de outras entidades públicas ou privadas, de Técnicos Superiores qualificados para exercerem funções em diferentes áreas.

O director da FCSH, Wilson Nicaquela, mostrou-se satisfeito com a abertura da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril na assessoria para elaboração do currículo dos novos cursos. Disse que os contactos vão se manter, não só durante o processo de aprovação e certificação dos cursos, como também, no processo de implementação.

## ARRANCOU AUSCULTAÇÃO A NÍVEL LOCAL

Para o desenho do currículo dos novos cursos



Encontros entre FCSH e Administradores da Ilha de Moçambique, Meconta e com o Governo de Monapo, respectivamente

professores devem lançar alicerces para que durante o segundo ano, os estudantes façam estudos independentes”.

## ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Paralelamente ao mestrado em Turismo e Hotelaria, a FCSH está igualmente a preparar a introdução para 2021 de uma licenciatura em Administração e Gestão de Instituições Públicas.



Pormenor do encontro em Nacala-a-Velha

previstos para 2021. A FCSH está a privilegiar uma metodologia integrada e participativa. Com efeito, iniciou já uma série de encontros de auscultação com os governos locais com objectivos, não só de estudar a viabilidade dos cursos, como também as expectativas em relação à oferta formativa.

Devido à localização geográfica da FCSH, os encontros de auscultação estão a ter lugar nos distritos de Mossuril, Nacala-a-Velha, Monapo, Meconta e Mogincual, para além da própria Ilha de Moçambique.

Nos encontros, por exemplo com os administradores dos distritos de Monapo, Meconta e Ilha de Moçambique, os dirigentes apoiam a ideia de se introduzir novos cursos de licenciatura em Administração Pública e Mestrado em Turismo e Hotelaria para o próximo ano lectivo.

Nessas reuniões, a FCSH foi convidada a tomar parte de sessões alargadas dos governos locais para a divulgação da iniciativa.

A auscultação vai continuar nos próximos dias nos distritos de Mossuril e Mogincual.

# O prazer da aculturação



Innocent H. Abubakar  
Docente da FCSH

**P**ara começar este monólogo escrito devo informar que não procurei nenhum revisor. Eu quero ser identificado por todos erros que eu vou cometer ao escrever nesta língua que aprendi com mais de vinte anos de idade.

E para começar quero contar ao leitor duas experiências, curtas, a seguir:

1ª: Uma das vezes que me senti muito violentado e ofendido foi quando falei com um amigo, conterrâneo, naquelas conversas normais de jovens que partilham a infância, a ressuscitar as boas memórias, e alguém, por sinal também amigo, gritou: “Estas a nos insultar porque? Fala português”. Esta experiência volta sempre quando vejo alguém a sofrer para (ou a ser obrigado de) falar uma língua, enquanto tem sua própria língua na qual podia se exprimir com maestria e sem limitações. Uma das vezes que me lembrei desta experiência com muita pena foi algures no tribunal a ver um senhor ser obrigado para falar em português com as mãos cruzadas atrás enquanto mal percebia as perguntas do juiz e muito mal respondia sem levantar as mãos para fazer àqueles gestos de um camponês humilde.

2ª: Há poucos anos a passear na cidade com um amigo que não vou identificar, entramos numa dessas lojas grandes. Quando o amigo se dirigiu a um compartimento para deixar a mochila que levava com ele antes de entrar na loja, como é a norma da loja, a senhora que recebeu a mochila lhe saudou e não sei como é que ela notou a origem do meu amigo. Logo lhe perguntou se é da Beira. Depois do meu amigo responder afirmativamente, a Senhora da loja entusiasmada saudou dizendo alguma coisa como:

Oh chamwari, mwacerwa!?

Hmm, não falo masena, eu.

Esta bem, falas mandau?

Não, só falo português.

E seus pais?

Eles falam massena e mandau entre eles. Mas nos nascemos no prédio e eles falam connosco em português.

Esta experiência que prefiro deixar por aqui me marcou e me fez lembrar da primeira, até fez me acreditar que se calhar, naquele prédio onde nasceu o meu amigo, mandavam falar português e o uso de massena e mandau era considerado como um insulto ao outro, até a um amigo.

Chamo essas duas experiências, entre centenas de outras do género, para partilhar uma reflexão que me incomoda, uma pergunta que poderá ser respondida por qualquer um que irá se sentir provocado por este texto. Da

mesma forma que vou partilhar este monólogo, aviso que nenhuma reacção será privada. Aquele que me responder em privado fique a saber que irei publicar no mesmo meio de comunicação.

A pergunta é: *como é que acarinhamos uma parte da nossa cultura, da nossa identidade, da nossa tradição, que resistiu a aculturação que sofremos ao longo da nossa história?*

Em alguns momentos quando se fala de África e sobretudo da cultura africana, das línguas africanas, da identidade africana, quando a questão é exacta, como: O que nos identifica como africanos, como moçambicanos em toda a diversidade, ou não há resposta ou a resposta é confusa. Digo confusa porque na maioria das vezes, somos definidos por aquilo que não somos, aquilo que pretendemos ser, aquilo que não podemos ser, ou aquilo que não seremos nunca. Sabemos dizer “isso não é da nossa cultura”, mais não conseguimos facilmente dizer o que é da nossa cultura. Isso não é da nossa identidade, mas fica difícil dizer o que é da nossa identidade. E infelizmente, zombamos, rimos, daquilo que é da nossa identidade. Um nome tipicamente moçambicano é uma piada entre nós. Eu já tive colegas que se ofende pelos seus nomes africanos. Uma comida tipicamente moçambicana é para pobres. Um vestido moçambicano é para velhas e velhos. Podemos fácil e rapidamente dizer que a música Hip-hop, Reggae, Rock, Pop, não é da nossa cultura. Mas quando a pergunta for qual é a música da nossa cultura, qual é a resposta? Marrabenta? Qual marrabenta que é pura sem traços das outras culturas? É exactamente aqui onde começa a minha pergunta, objecto desta reflexão. Neste momento em que escutamos marrabenta em língua inglesa, qual é a nossa reacção quando encontrarmos uma marrabenta que resistiu a aculturação e ainda preserva na maior medida possível aquilo que definiu a marrabenta? Como é que reagimos quando encontramos um assimilado que ainda resistiu com um sotaque, um acento macua, massena, changana, etc...? Será que tomamos o nosso almoço no restaurante a zambeziano ou frango para nos é no KFC?

Para responder a essa pergunta eu devia fazer e partilhar a colecção dos comentários que acompanharam a música “culpado” do cantor Mbalua. Falo deste cantor e da sua música por representar uma resistência no que diz respeito a aculturação linguística e ideológica. Esses factos, se não merecem elogios, na

# PATRIMONIALIZAÇÃO E A PATRIMONIALIDADE DO EDIFICADO DA ILHADE MOÇAMBIQUE



Isequiel Alcolete

Docente na Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, pesquisador do CEDIM – UniLúrio  
Doutorando em Patrimónios de Influência Portuguesa, Universidade de Coimbra-III-CES

A noção da patrimonialização e da patrimonialidade nos aproxima da ideia de um património constituído à partir de influências múltiplos atores. Pretende-se nesta breve reflexão sobre o processo construtivo, perceber às relações e influências dos valores patrimoniais da Ilha de Moçambique, ora em diante designada por *Ilha*. Nesse sentido, Lage e Carrilho consideram, para o caso de Moçambique, este processo de patrimonialização e influências tem sido feito à partir dos binómios projecto-uso e apropriação-uso:

O uso dos espaços está intimamente ligado à carga cultural de quem os concebe e daqueles que deles se apropriam. A desconexão e tensão entre estes sujeitos pode conduzir a incompatibilidade de usos com efeito negativos na manutenção e na durabilidade do edificado. (Lage e Carrilho, 2018: 31)

Para o antropólogo Rautenberg (2004), o processo de patrimonialização pode ser identificada por duas formas: uma “patrimonialização pela apropriação” e outra “patrimonialização pela designação” sendo que a primeira à partir da construção social de narrativa com base na apropriação do objecto e, a segunda corresponde a um projecto institucional podendo ou não haver articulação entre ambas. Enquanto que patrimonialidade designa as transformações que os patrimónios podem sofrer de acordo com as construções sociais.

Em Moçambique, do período após independência nacional, em 1975, até o momento, verificam-se as duas formas de patrimonialização e estão subdivididos em cinco períodos de ênfases relativamente distintos:

- (1) Período imediatamente após a declaração de independência, de 25 de junho de 1975 até 1977, no qual se verifica [...] a importância de preservação do edificado ligado à luta de libertação nacional e ao resgate de valores culturais populares intangíveis [...];
- (2) Um período curto em que se inicia o estudo e a apropriação do património edificado preexistente, [...], como são disso exemplo os casos da Ilha de Moçambique e a Baixa de Maputo;
- (3) O período de 16 anos da guerra pós-independência, em que a governação concentra na realidade militar, passando as preocupações de gestão do património edificado para um plano secundário;
- (4) O período pós Acordo Geral de Paz, assinado em Roma a 4 de outubro de 1992, em que se retoma os processos normais de gestão do país, incluindo os aspectos culturais, [...];
- (5) O último período, incluindo o presente, é caracterizado por uma busca mais profunda de definição do património cultural edificado, centrados nos processos metodológicos específicos, de negociação e consciencialização, [...]. (Lage e Carrilho, 2018: 28)

Facilmente, observa-se e identifica-se na *Ilha* exemplos de conjuntos de acções de reconhecimento do valor patrimonial pela designação como fruto de influências locais e globais. Esta categoria cuja a maioria pertence aos valores materiais, tem permitido novos reconhecimentos dentro da comu-

nidade, ou ainda 'redescoberta' interdisciplinares, incluindo valores imateriais associados. Estes 'novos' valores permitem a criação de um discurso de valorização não apenas para os objectos, mas também para os atores envolvidos, à partir de processos de patrimonialização pela apropriação.

De acordo com Gonçalves (1996), o património se constrói, também, à partir da produção de uma “retórica da perda”. A sessão realizada em Istambul, em 2016, pelo *World Heritage Committee* (UNESCO), chamou atenção à gestão da *Ilha* para as ameaças à autenticidade, resultantes de reparações inadequadas, como a substituição dos telhados tradicionais de macuti por chapa de zinco ondulada. Este fenómeno, a sua intervenção tem levantado debates nos binómios de patrimonialidade e de patrimonialização, de global e o local, o erudito e o vernacular.

Não se quer com isso justificar ou ignorar as suas influências globais descritas no processo de patrimonialização, documental, na conexão 'escrita' e a 'memória social'. Contudo, segundo Rautenberg, a patrimonialidade à partir da construção informal dos patrimónios, o bem “adquire sua qualidade patrimonial não pela injunção do poder público ou da competência científica mas pela desempenho daqueles que o transmitem e o reconhecem” (Rautenberg, 1998: 288).

A necessidade de aprofundamento da discussão do processo da patrimonialização e da patrimonialidade cultural da *Ilha* deve ter em consideração não apenas à categoria de construção histórica. Nesse sentido, Chuva (2012) adverte para os danos ético-políticos causados pela adoção de uma visão “histórica” essencialmente cronológica e linear, bem como suas consequências para as formulações das políticas públicas por ela subsidiadas. Meneses (2006), reitera “a memória e História nem coincidem, nem são duas faces da mesma moeda”. Isto é, a História deve ser interpretada como produção

crítica de conhecimento e, a memória carrega consigo carga simbólica e de vínculos subjetivos, como o sentimento de pertença ou identidade.

Concluindo, para a *Ilha*, o processo de patrimonialização e de patrimonialidade, só fará sentido se for considerado no contexto do desenvolvimento local, tendo como primeiro sujeito a população e sua especificidade cultural, isto é, a revivificação à partir de valores globais e locais, do reconhecimento da existência do contraste, da aceitação do outro e da sua construção social, sem contudo comprometer o seu desenvolvimento e anseios.

### Referência Bibliográfica

Chuva, Marcia (2012), "Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil". Revista do Patrimônio histórico e artístico nacional, (34). Brasil, 147-165.

Gonçalves, José (1996), A retórica da perda: Os discursos do patrimônio cultural

no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ : MinC-IPHAN.

Lage, Luís e Carrilho, Júlio (2018), "Sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Edificado em Moçambique", Oficinas de Muhipiti: Planeamento estratégico, património, desenvolvimento. Imprensa da Universidade de Coimbra, 25-48.

Meneses, Ulpiano (2006), "O campo do património cultural: uma revisão de premissas". Revista Forum Nacional Do Património Cultural, 1(0). Consultado a 27.06.2020, em [https://www.academia.edu/39-715439/MENESES\\_Ulpiano\\_O\\_campo\\_do\\_patrimonio\\_cultural\\_uma\\_revisao\\_de\\_premissas\\_1\\_](https://www.academia.edu/39-715439/MENESES_Ulpiano_O_campo_do_patrimonio_cultural_uma_revisao_de_premissas_1_).

Rautenberg, Michael (2004), "La patrimonialisation, entre appropriation sociale et désignation institutionnelle". *Leffet géographique. Construction sociale, appréhension cognitive et configuration matérielle des objets géographiques*. CNRS-MSH-Alpes, 7187. Consultado a 08.07.2020, em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00198277>.

Rautenberg, Michael (1998), "L'émergence patrimoniale de lethnologie : entre mémoire et politiques publiques". *Patrimoine et Modernité, Chemins de la mémoire*. Paris: LHarmattant, 279-89.

UNESCO (2016), *Decisions 40 COM 7B.15 - 40th session of the World Heritage Committee*, 29 - 30. Consultado a 18.05.2020, em <http://whc.unesco.org/en/sessions/40COM/documents>.

### Continuado da Pág. 12

mesma medida, não devem crucificar o cantor e a sua música. Porque achamos que Mbalua deve falar o português de José Sócrates ou de Durão Barroso? E porque achamos que Mbalua deve cantar o hino do feminismo? Neste texto não vou trazer os comentários para analisar um por um, mas vou trazer sim perguntas que possam orientar a nossa observação para certos e outros exemplos. Acerca desses comentários só concluí que apesar de terem aumentado a partilha do vídeo e consequentemente terem contribuído pelo sucesso do "hit" (sem que isso tenha sido a intenção principal), eu achei que a maioria desses comentários estavam carregada por uma hipocrisia, um sarcasmo, uma apreciação super pejorativa.

Para dar mais exemplos de casos do tratamento das reservas culturais e resistências/prazer de aculturação, ainda pergunto:

Quanto de nos tem medo de tomar a palavra numa das salas de aulas ou numa reunião longe do nosso local de nascimento, para não ser conotados por causa da impossibilidade ou dificuldade de pronunciar "Líder" ou "economia" sem dizer "rider", "liter" ou "inconomia"?

Quanto têm medo de vestir a vontade segundo a sua crença, identidade e vontade, com medo de estigmatização e rótulos estranhos?

Quanto representantes nossos ficam a dormir nas conferências internacionais, ou ficam a escutar leigos, com medo de intervir e serem conotados e banalizados por nos mesmos apenas por causa da pronúncia? Em poucas palavras, com quanta desvantagem entramos em concorrência quando trabalhamos com aqueles que falam e trabalham na sua língua materna e somos todos avaliados

na base da expressão, do acento, até da perfeição linguística?

Essas perguntas feitas por um docente de língua não estão levantadas para sustentar a falta de competência linguística ou performance. Não. Acredito que cada um seja capaz de falar e bem cada língua que aprende. Mas acredito ainda mais que numa sociedade multicultural e plurilingue como a nossa, devia se acarinhar as reservas da identidade, da cultura ou da moral que resistiram todo processo histórico de aculturação.

Acho que é perda de tempo continuar a falar de conceitos como promoção da identidade, cultura, pan-africanismo no momento em que os mesmos africanos ou moçambicanos banalizamos a nossa reservas nesta matéria. Acho que sentir o prazer da aculturação é o cúmulo do processo.

Ao interromper este monólogo, espero que cada leitor irá responder, através de um outro monólogo (escrito, partilhado ou não), e com exemplos das personalidades da nossa praça (artistas, políticos, técnicos, etc.) a seguinte pergunta:

*Se o nosso contacto com outros povos nos submeteu a um processo de aculturação já consumado (através da escravatura, do colonialismo e o liberalismo, do neocolonialismo e o neoliberalismo) que fez com que a nossa cultura hoje seja definida por falta de cultura, a nossa identidade seja definida por falta de identidade, como é que tratamos as poucas reservas que resistiram a esse processo?*

## Interpretações

Cláudio Zunguene

Investigador do GACIM e docente na FCSH



### QUANDO O DESENVOLVIMENTO É PROVOCADO POR MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

No ano de 2019 o Município da Ilha de Moçambique parcelou cento e dezasseis (116) talhões no bairro Filipe Samuel Magaia, Posto Administrativo Urbano de Lumbo. O número de candidatos superou os setecentos (700), o que obrigou a edilidade a apertar a cintura e engendrar por uma atitude de coragem na atribuição a uns e "deixar de lado" os outros requerentes. O processo de candidatura foi caracterizado por uma luta titânica para a obtenção de uma parcela no novo bairro idealizado pelo então Presidente do Município Saíde Amur Gimba mais conhecido por Gito. Como todos queriam ter um talhão no estranho bairro, assistiu-se ao que considero de uso da lei do mais forte que foi determinante para alguns e nalguns casos se verificou o jogo de influências por estas paragens apelidada de "costas quentes" no apuramento dos requerentes. Eu felizmente fui um dos contemplados graças a minha colaboração e parceria com o Município na qualidade de servidor público afecto ao GACIM. Uma nota de realce tem que ver com a atribuição de terrenos a jovens quer funcionários públicos bem como alguns que exercem actividades a conta própria e até mesmo alguns desempregados. Aqui o Município merece uma distinção especial pela visão de futuro idealizado, o que reforça o discurso do saudoso Presidente Samora Machel" a juventude é a seiva da nação". Numa zona de vegetação aberta onde as mangueiras e palmeiras disputam o protagonismo perante o olhar sereno e impávido das mandioqueiras, os camponeses viram as suas anteriores áreas de cultivo "invadidas" pelo urbanismo caracterizado pelo parcelamento ordenado de lotes. Assim, no dia de correm na "zona de expansão" como alguns beneficiários preferem designar a terra ganhou a uma valorização de bradar os céus. Da cidade vizinha de Nacala e até da capital provincial de Nampula surgem apetites e movimentações de cidadãos nacionais que anseiam em ter um pedaço de terra na zona do "Eldorado". Nunca tinha visto antes um *Prado*, um *Mercedes Benz* e tantos *Vits* a galgar em terras tão poerentas como a do bairro Filipe Samuel Magaia. Constantando a azáfama de pessoas e de viaturas um amigo meu em conversa afirmou o seguinte: "você são uns autênticos garimpeiros e devem procurar buscar experiências com os mineiros de Namanhinbire em Cabo Delgado. Achei engraçado a analogia feita por ele e devo confessar que fui obrigado a concordar parcialmente com a sua observação pois, a verdade manda dizer que em Filipe Samuel Magaia o recurso mais precioso é a terra e não o minério como acontece em Montepuez. De noite para o

dia o cultivo de produtos alimentícios deu lugar ao nascimento de edificações de tamanho e arquitecturas diversificadas, umas feitas seguindo um projeto arquitectónico e na maioria os arquitectos são os próprios proprietários, como um dia alguém falou e concordo" todos somos arquitectos da nossa própria imaginação".

A surgimento de cidades nos que correm ganha maior dinamismo com a povoação de zonas antes tidas como estranhas e ou inhóspitas para a habitabilidade do Homem. O pensamento de que só é possível habitar a "cidade das luzes" vem dando espaço ao surgimento da ideia de que as áreas escuras também podem ser habitadas e transformadas em cidades. Em África e Moçambique de forma particular o conceito de cidade se resume a disponibilidade de água e electricidade mesmo sabendo que outros elementos de ordenamento urbano são importantes e determinantes. A pergunta que insiste em sair é: será que no novo bairro a electricidade e água merecerá uma atenção especial das instituições que prestam esses tipos de serviço? O meu desejo e de muitos concidadãos é que isso aconteça por forma a consolidar o desenvolvimento iniciado e que a cada dia transfigura o panorama do bairro.

Mas como tudo começou? Afinal de que desenvolvimento estamos falando?

Tudo começou com a Resolução nº09/ AMCIM/2020 na Assembleia Municipal da Ilha de Moçambique que revogou o direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) nos bairros de Murromone e Filipe Samuel Magaia em decorrência da "ociosidade" no uso dos terrenos parcelados pelas pessoas atribuídas, o que vinha se verificando desde Novembro de 2019. Com essa medida amplamente divulgada na Ilha começa a corrida pela uso do solo quer na construção de edificações bem como na construção de muros de vedação. Assim começa o desenvolvimento causado por uma medida administrativa que gerou medo e revolta positiva no seio de alguns contemplados. Ninguém equaciona a possibilidade de perda do talhão e nem tão pouco ficar alheio ao desenvolvimento do bairro. Por outro lado, o desenvolvimento também se caracteriza no aumento do volume de negócios das senhores que confessionam e vendem comida que tem facturado até as costuras. Nunca tomei tanto maheu e comer *fritos* num só dia como tem acontecido comigo quando me encontro em Filipe Samuel Magaia.

Concluo afirmando que afinal o desenvolvimento também pode ser provocado por medidas administrativas que geram medo nos cidadãos! Sim é isso o que se pode assistir na Ilha de Moçambique.

## Pontos de vista académicos

Maurício Pedro Régulo

Docente da FCSH



# Aumento dos casos da COVID-19 em pleno estado de emergência: uma análise de caso da cidade de Nampula

**D**epois da sua descoberta na cidade de *Huan*, na República Popular da China, a Covid-19 propagou-se ao resto do mundo a uma velocidade astronómica que o próprio mundo não estava à espera. Sem vacina e medicamento à vista, as autoridades sanitárias pautaram em apresentar algumas medidas de prevenção tais como, a higienização das mãos com o recurso à água e sabão. Para os que não tinham sabão, podiam usar a cinza. Quem tivesse alguma posse de recursos financeiros, podia usar o álcool gel.

Depois de muitas incertezas, muitos avanços e recuos, os governos do mundo inteiro iniciaram um processo de declaração de estado de emergência e no caso mais gravoso, o Lock-Down. Por causa disso, muitas críticas foram feitas aos estadistas que pautaram por tais medidas. Quanto ao nosso país, até alguns deputados acabaram insinuando um cenário desastroso da nossa economia se as medidas fossem plenamente implementadas.

Nessa altura, a cidade de Nampula não tinha nenhum caso. Os mais conhecidos eram oriundos das cidades de Maputo e Matola, da Península de Afunge e da cidade de Pemba. Surpreendentemente, a cidade de Nampula continuava sem casos. Em conversa com uma pessoa próxima minha tёмimava eu em dizer que, “não era possível a cidade de Nampula não ter nenhum caso”.

Porque é que eu tinha tanta convicção sobre essa situação? A cidade de Nampula é considerada a terceira maior cidade do país, senão, a Rainha do Norte. Esses dois pormenores fazem com que ela tenha algum protagonismo no âmbito económico e político pois, todos os assuntos relacionados tanto com a economia, política e sociedade acabam directa ou indirectamente gravitando na cidade de Nampula.

Outros dois pormenores a ter em conta é que, todos os dias a cidade de Nampula recebe dois aviões em média e mais de quatro autocarros repletos de gente oriunda da província de Cabo Delgado, mais concretamente na região de Mocímboa da Praia, Mueda e Pemba, regiões muito próximas à Península de Afunge, um dos focos da Pandemia da COVID-19 em Moçambique. As aeronaves que passam pelo Aeroporto Internacional de Nampula partem da cidade de Maputo, uma cidade que também foi considerada um dos focos da

doença.

Ainda relacionado ao âmbito económico, a cidade de Nampula possui grandes mercados (shops de grande gabarito) onde são transaccionados produtos muito procurados pelos cidadãos tais como, celulares, cabelos, roupa usada e nova assim como de outros artigos largamente procurados pela população.

Olhando para os aspectos sociais, notemos que a região norte tem mais população e alguma com um nível de escolaridade muito baixo. Por mais que se recomende o uso de máscaras e a higienização das mãos, há sempre alguém que estará contra as medidas ou senão, ignorá-las por completo. Acima de tudo isto, a falta de conhecimento dos perigos da doença acabou ditando o que todos nós esperávamos.

E qual teria sido a melhor opção para conter o avanço da COVID-19 na região norte de Moçambique? Sem querer trazer aqui uma fórmula mágica, na minha modesta opinião teria sido declarado o estado de calamidade pública, pois, com tal medida provavelmente pouca gente entraria ou sairia dos locais considerados focos da doença porque trata-se de um recolher obrigatório.

Mas, para que isso ocorresse seria necessário e sem falta, a intervenção da mão do Estado para cobrir o vazio que as possibilidades dos cidadãos estariam em causa.

Na verdade, o **estado de calamidade pública** é uma situação anormal em que a capacidade de acção do poder público ou municipal fica seriamente afectado ou comprometido, requerendo assim a intervenção do poder central.

**Os artigos de opinião inseridos no *OMacuthi* são da inteira responsabilidade dos respectivos autores e não reflectem necessariamente o ponto de vista deste Boletim Informativo.**

**A Direcção**